



SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS

www.suframa.gov.br

Clipping Local Mídia Impressa

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, quinta-feira, 1 de dezembro de 2011

JORNAL DO COMMERCIO Ministro dá sinal positivo para a unificação do IPI..... CAPA	1
JORNAL DO COMMERCIO PEC da Música considerada "equivocado" por entidades da indústria do Amazonas..... CAPA	2
JORNAL DO COMMERCIO EDITORIAL..... OPINIÃO	3
JORNAL DO COMMERCIO FRENTE & PERFIL..... OPINIÃO	4
JORNAL DO COMMERCIO Outro golpe..... POLITICA	5
JORNAL DO COMMERCIO Zona Franca..... POLITICA	6
JORNAL DO COMMERCIO PEC da Música..... ECONOMIA	7
JORNAL DO COMMERCIO Duas rodas..... ECONOMIA	8
JORNAL DO COMMERCIO Aleam..... ECONOMIA	9
JORNAL DO COMMERCIO Codam..... ECONOMIA	10
JORNAL DO COMMERCIO FGV..... ECONOMIA	11
A CRITICA EM 2011..... CAPA	12
A CRITICA sim & não..... OPINIÃO	13
A CRITICA sobe e desce..... OPINIÃO	14
A CRITICA PEC da Música..... OPINIÃO	15
A CRITICA PEC da Música..... ECONOMIA	16
A CRITICA CAS e CODAM..... ECONOMIA	17
AMAZONAS EM TEMPO AMAZONAS..... CAPA	18
AMAZONAS EM TEMPO Contexto..... OPINIÃO	19

AMAZONAS EM TEMPO Indústria reage contra 'PEC da Música' ECONOMIA	20
AMAZONAS EM TEMPO Indústria reage contra 'PEC da Música' (continuação) ECONOMIA	21
AMAZONAS EM TEMPO Nokia anuncia nova linha de celulares no polo local ECONOMIA	22
AMAZONAS EM TEMPO CODAM ECONOMIA	23
AMAZONAS EM TEMPO Jander Vieira PLATÉIA	24
DIÁRIO DO AMAZONAS Taxa de desemprego cai para o menor nível desde janeiro de 2009 ECONOMIA	25
DIÁRIO DO AMAZONAS Tribunal Regional Federal vota pelo desbloqueio dos bens de Flávio Grosso ECONOMIA	26
MASKATE CAPA	27
MASKATE Fala Sério! OPINIÃO	28
MASKATE PEC da Música toca e Zona Franca dança	29
MASKATE PEC da Música toca e Zona Franca dança (continuação)	30
JORNAL AGORA De olho no PODER.....	31

Ministro dá sinal positivo para a unificação do IPI

Em reunião articulada pela senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), representantes do polo de duas rodas receberam sinalização positiva do ministro do Mdic, Fernando Pimentel, quanto à solicitação da unificação do IPI pelo valor máximo de 35%, para ciclomotores, motonetas e motocicletas importadas.

Página A7

Especialistas alertam para a qualidade dos produtos nas compras de fim de ano

Página A6

Fucapi exporta especialista em serviços tecnológicos especiais para a China

Página B1

PEC da Música considerada "equivoco" por entidades da indústria do Amazonas

Mesmo já aguardada, a aprovação em primeiro turno da Proposta de Emenda à Constituição da indústria fonográfica – a PEC da Música – pela Câmara dos Deputados, na noite de ontem, foi recebida como “um grande equivoco” por entidades da indústria no Amazonas.

Página A5

EDITORIAL

PEC da Música e a ZFM derrotada pelos seus próprios erros

A aprovação da PEC da Música em primeiro turno na Câmara dos Deputados dá seguimento ao processo da nova abertura de mercado brasileira, que tem por objetivo adaptar o país à sua posição de relevância dentro do mercado internacional globalizado. Afinal, o Brasil

desponta entre os quatro gigantes emergentes no mundo.

Nessa posição é membro dos BRICs (Brasil, Rússia, Índia e China) onde todos disputam posições de liderança nos mercados ao Sul do Equador e a inserção nos mercados ao Norte. Nesse aspecto, o domínio das tecnologias de ponta é instrumento fundamental para acessar e desenvolver produtos de alto desempenho comercial.

Precisa, portanto, de uma política industrial tecnológica também de ponta e de alto desempenho na produção visando o mercado interno e as exportações. Não é o caso da Zona Franca de Manaus, cujo obsolescência

nesse campo se tornou evidente na última década, resultado da ausência de investimentos em pesquisa, tecnologia e inovação. Diante desse péssimo desempenho, as decisões de Brasília já não podem mais ser tomadas levando “em consideração” o modelo ZFM, mas sim o país como um todo, especificamente regiões onde já ocorreram sementeiras em PD&I e que já estão prontas para receber, absorver e desenvolver tecnologias como a convergência digital. Infelizmente a Zona Franca de Manaus foi usada durante 44 anos como instrumento político e bandeira eleitoral, e agora está sendo derrotada por esses erros.

FRENTE & PERFIL

MÚSICA

Por 395 votos a favor, 21 contra e quatro abstenções, a Câmara dos Deputados aprovou em primeiro turno de votação a “PEC” da Música, que concede imunidade tributária a CDs e DVDs com produção musical brasileira. A indústria do setor na ZFM teme prejuízos.

*** **

INCLUSÃO

Seis projetos na área de inclusão social foram aprovados pelo FPS, totalizando R\$ 2,1 milhões em investimentos. Mais de 1.625 famílias serão beneficiadas, segundo

Outro golpe

Abdala Fraxe denuncia manobra política contra a ZFM

O deputado estadual Abdala Fraxe (PTN) foi mais um parlamentar a denunciar ontem, 30, na Aleam, a manobra feita pelo Palácio do Planalto e pela Câmara Federal para a aprovação da PEC da Música, que concede imunidade tributária a CDs e DVDs com obras musicais de autores brasileiros.¹⁷

Na Câmara dos Deputados, foram 395 votos favoráveis, 21 contrários e quatro abstenções. Segundo o deputado Sinésio Campos (PT), o deputado federal Romário Farias (PSB-RJ) votou contrário à PEC, “e eu só quero ver os votos dos deputados

amazonenses”.

Segundo Abdala Fraxe, o argumento “pífio” de que “não perdemos nada com a PEC da Música, assim como não perdemos nada com a perda dos tablets, não cabe mais”.

O deputado acusou o Governo Federal de apoiar a “política do descalabro em relação à Zona Franca de Manaus” e disse que os “afagos que são feitos ao Governo do Amazonas e que, depois, se transformam em punhaladas”, têm que acabar.

O parlamentar acusou o empresariado do sul do País de “atacar a ZFM de maneira terrível e atroz” e

o governo federal de não dar o apoio que promete ao Amazonas pois, na hora da luta, se “esquiva e não faz nada”.

O deputado Vicente Lopes (PMDB) afirmou, em aparte, que o deputado Abdala Fraxe tem toda a razão em protestar contra essa aprovação e denunciou um deputado federal do PSDB de ter apresentado a PEC que foi aprovada quase por unanimidade. Segundo ele, ministros do PT trabalham contra os interesses da ZFM e pediu que os deputados se unam em favor do modelo econômico.

Zona Franca

Mais uma 'punhalada' contra o Amazonas

A aprovação em primeiro turno de votação na Câmara dos Deputados por 395 votos a favor, 21 contra e quatro abstenções, da conhecida "PEC da Música", foi destacada negativamente pelo deputado estadual Tony Medeiros (PSL) em pronunciamento na Assembleia Legislativa: "A ZFM recebeu outra punhalada", disse.

Segundo Tony Medeiros, "a Proposta de Emenda à Constituição aprovada terça-feira, 29, foi um golpe duro contra o modelo ZFM, pois concede imunidade tributária a CDs e DVDs na produção musical brasileira", iniciativa conhecida como a PEC da Música.

Para Tony, a aprovação da proposta vai provocar a perda

de aproximadamente 7 mil empregos, o que causa indignação não só à população amazonense, como de toda a Região Norte do País, que será prejudicada com a medida.

"Mesmo sendo em primeiro turno, com a aprovação da PEC, caso haja aprovação em segundo turno e, depois no Senado, os preços dos CDs e DVDs deverão ser reduzidos em 25%, assim que a isenção de impostos (ISS e ICMS) entrar em vigor, além da alegação de que a aprovação da matéria (PEC da Música) ajudará a combater a pirataria no Brasil. Contudo, ainda temos como trunfo os royalties do petróleo, onde a maior parte dos Estados do país estão

cansados de perder vantagens para os Estados considerados grandes e que se acham donos do Brasil".

Tony Medeiros destacou que a bancada do Amazonas foi contra a aprovação da "PEC da Música", pois eles sabiam que a isenção tributária iria ocasionar prejuízos às empresas de CDs e DVDs instaladas na Zona Franca de Manaus, gerando desemprego na região.

O segundo turno de votação da "PEC da Música" na Câmara dos Deputados deverá ocorrer antes do recesso parlamentar, que começa no dia 22 de dezembro. A emenda terá ainda de ser votada no Senado.

PEC da Música

Lideranças industriais lamentam equívoco do Congresso Nacional

Proposta precisa passar pelo segundo turno de votação na Câmara e pelo Senado antes de ser enviada para sanção da presidente

POR JULIANA GERALDO

Mesmo já aguardada, a aprovação em primeiro turno da Proposta de Emenda à Constituição da indústria fonográfica – a PEC da Música – pela Câmara dos Deputados, na noite de ontem, foi recebida como “um grande equívoco” por entidades da indústria no Amazonas.

Devendo passar ainda pelo segundo turno de votação na Câmara e pelo Senado, o texto atual da PEC concede isenção tributária do ISS (Imposto Sobre Serviços) e ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) sobre a produção de CDs e DVDs de artistas brasileiros, reduzindo em 25% o preço final do

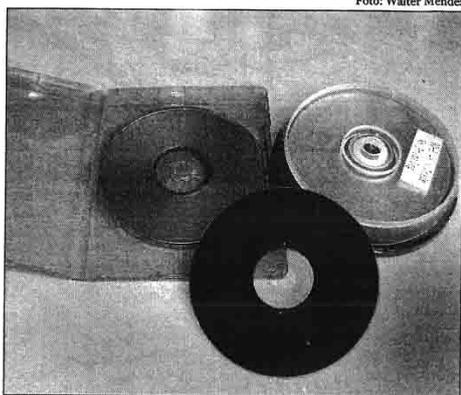


Foto: Walter Mendes

Pelo menos sete mil empregos no polo amazonense estão ameaçados de serem extintos com mudanças nas regras

produto com o objetivo de combater a pirataria no país.

“A aprovação não significa muita coisa porque ainda temos uma batalha grande pela frente, mas na hipótese de o texto passar com a redação atual será péssimo para o Estado porque enfatiza que deixa de ser interessante fabricar mídias gravadas no país, já que em Manaus não será mais possível porque perderemos nossas vantagens

comparativas”, lamentou o presidente do SindmafAM (Sindicato das Indústrias de Meios Magnéticos e Fotográfico do Estado do Amazonas), Amaury Blanco.

Para ele, o discurso do deputado Otávio Leite (PSDB-RJ), relator da proposta, de que a indústria amazonense não será atingida é uma inverdade.

A mesma opinião é defendida pelo presidente do Cieam (Centro das Indústrias do Estado do

Amazonas), Wilson Périco. “Apesar de atingir apenas as obras nacionais, vai abranger produções de som e imagem, isto é, não só os CDs quanto os DVDs. Não podemos mensurar o impacto, mas retirar os pedidos nacionais da linha de produção com certeza vai abalar o segmento”, avaliou.

O preço para se produzir uma mídia no PIM é inferior a R\$ 3, incluindo o transporte, lembra o presidente do Sindmetal-AM (Sindicato dos Metalúrgicos do Amazonas), Valdemir Santana.

“A PEC é um equívoco contra o PIM. Não adianta prorrogar se medidas como essa são tomadas diariamente, diminuindo a competitividade do polo. Milhares de trabalhadores correm o risco de perder seus empregos para beneficiar artistas milionários. O que vai acontecer com a aprovação é que a matriz da mídia será feita aqui e o resto será fabricado na China”, disparou.

Ele acrescentou que a mobilização da bancada amazonense, da sociedade e sobretudo dos trabalhadores do segmento prejudicado, deve ser imediata.

Combate ineficaz à pirataria no país

Segundo Wilson Périco, a batalha da bancada amazonense é ingrata porque “não se trata de guerra fiscal e sim de confronto direto com os artistas, classe trabalhadora com forte apelo político”, frisou.

O representante do Cieam discorda que a PEC diminua a pirataria, o que para ele é uma ilusão da classe artística.

O Deputado Federa-

l Francisco Praciano (PT) esclareceu que o texto está nas mãos do senador Eduardo Braga (PMDB) e que a partir do segundo turno de votação na Câmara, ainda sem data fechada, a bancada amazonense dará início às negociações.

“Minha aposta é que a PEC vai ser aprovada no segundo turno da Câmara dos Deputados. Nossa luta maior será no Senado”, concluiu.

Por dentro

Para evitar prejuízos

A PEC da Música foi aprovada por 395 votos a favor, 21 contra e quatro abstenções, com o objetivo de combater a pirataria no Brasil. A proposta altera o artigo 150 da Constituição, que veda a União, Estado e municípios de instituir impostos sobre outros itens, como livros, jornais, templos de qualquer culto e patrimônio. O segundo turno de votação da “PEC da Música” na Câmara deverá ocorrer antes do recesso parlamentar, que começa no dia 22 de dezembro. A emenda terá ainda de ser votada no Senado.

Dados

Desempenho em queda

De acordo com os últimos dados para o setor levantados pela Suframa (Superintendência da Zona Franca de Manaus), o polo de CDs e DVDs gerou um faturamento de US\$ 1,2 bilhão em 2010. Atualmente, emprega cerca 7 mil funcionários (3 mil na fabricação e 4 mil nas indústrias de componentes ligadas ao segmento).

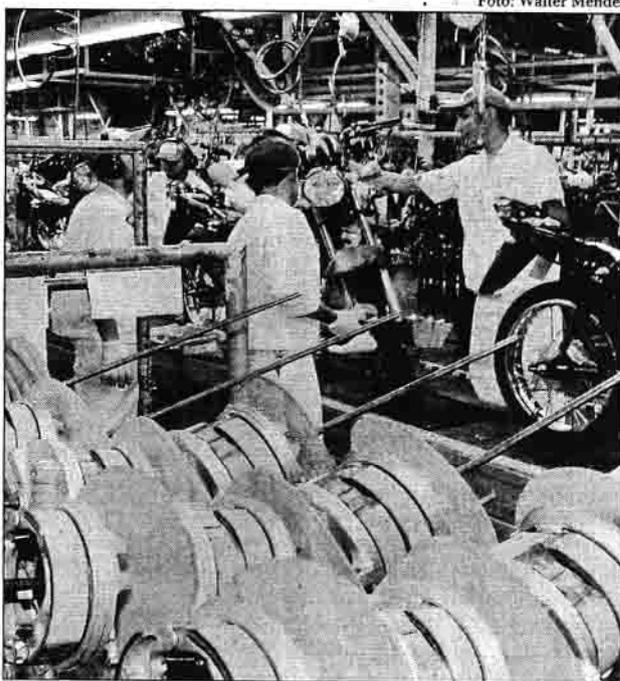
Duas rodas

Ministro promete estudar propostas do segmento

Setor industrial quer mudança no IPI para ciclomotor, motonetas e motocicletas importadas e atualização do Código de Trânsito

Representantes do polo de duas rodas receberam sinalização positiva do ministro do Mdic (Ministério da Indústria, Desenvolvimento e Comércio Exterior), Fernando Pimentel, quanto à solicitação da unificação do IPI (Imposto Sobre Produtos Industrializados), pelo valor máximo de 35%, para ciclomotores, motonetas e motocicletas importadas. Em reunião articulada pela senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), eles estiveram, junto com a parlamentar, no gabinete do ministro.

Além da equalização da alíquota do IPI, os empresários, ligados à Abra-ciclo (Associação Brasileira dos Fabricantes de Motocicletas, Ciclomotores, Motonetas, Bicicletas e Similares), propuseram



Empresários do setor querem mecanismos de valorização da indústria nacional contra a invasão de importados

também: elevação da alíquota do II (Imposto de Importação); estabelecimento de valores FOB mínimos de acordo com a categoria de cilindrada da motocicleta; e atualização do Código de Trânsito definindo, com clareza, as características do ciclomotor que permita diferenciá-lo de uma motocicleta de 50 cilindradas (cc).

O ministro prometeu

se debruçar com bastante atenção sobre todas as sugestões, que, segundo os empresários, visam manter a competitividade da indústria nacional. Eles apontaram como pontos que colocam esta competitividade em risco os seguintes fatos: as motocicletas de 50 cilindradas recebem hoje tratamento de ciclomotor; aumento das importações causado, entre outros fatores, pela

alíquota de IPI de 15%; utilização da motocicleta de 50 cc por jovens não habilitados; e ausência de emplacamento/licenciamento do produto (dificuldades de fiscalização).

A senadora Vanessa ressaltou a importância da reunião, que buscou segundo ela, encaminhar

O ministro prometeu se debruçar com bastante atenção sobre todas as sugestões, que, segundo os empresários, visam manter a competitividade da indústria nacional

soluções para problemas que trazem enormes prejuízos às indústrias do polo de duas rodas instaladas no PIM (Polo Industrial de Manaus). "Em 2010, por exemplo, foram importadas 90.160 ciclomotores, e produzidas por nossa indústria apenas 35.084 unidades. Um volume de importação 157% superior", lamenta a parlamentar, alertando que o país está consumindo, mas gerando emprego no exterior.

Aleam

Deputado quer celeridade na criação de GT para o PIM

O deputado Sidney Leite (DEM) voltou a pedir ontem que a Mesa Diretora da Aleam dê celeridade à votação em plenário de um requerimento de sua autoria, que trata da criação de um Grupo de Trabalho voltado ao acompanhamento de políticas que gerem impacto à competitividade do Polo Industrial de Manaus (PIM).

Segundo o parlamentar, o GT proposto em outubro deste ano também terá o papel de discutir e apontar novas alternativas econômicas para o Estado, com a participação de trabalhadores, lideranças empresariais, especialistas no modelo ZFM e parlamentares das bancadas estadual e federal.

Codam

Prazo para entrega de projetos termina amanhã

Termina amanhã, o prazo de entrega de projetos industriais para análise técnica da Seplan (Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Econômico) com vistas à inclusão na pauta da última reunião deste ano do Codam (Conselho de Desenvolvimento do Estado do Amazonas). A reunião está marcada para o dia 21 de dezembro. A entrega das propostas com antecedência é necessária para análise técnica das informações contidas nos projetos.

O procedimento, de acordo com a Seplan, evita que os processos eventualmente sejam retirados de pauta por incorreções ou não atendimento dos

critérios de algum critério de ordem legal ou técnico.

O procedimento, de acordo com a Seplan, evita que os processos eventualmente sejam retirados de pauta por incorreções ou não atendimento dos critérios

Para proporcionar mais comodidades aos investidores, a Seplan implantou, em 2007, o sistema de protocolo digital na entrega de proje-



Entrega das propostas é necessária para análise técnica das informações antes de apresentar a pauta ao conselho

tos industriais, visando maior eficiência e redução de custos para as empresas.

Calendário

O calendário anual do Codam define seis reuniões bimensais. A penúltima reunião deste ano foi realizada em novembro, em função da alteração da data inicialmente marcada para outubro por coincidir com um feriado. Nesta reunião, realizada no auditório da Secretaria de Estado da Fazenda (Sefaz), o Codam aprovou uma pauta com 28 projetos industriais estimados em R\$ 465 milhões e 1.938 vagas no mercado de trabalho no período de até três anos.

FGV

Indústria desistiu do planejamento de longo prazo, aponta pesquisa

Incertezas decorrentes da crise financeira internacional são apontadas como causas para mudança na estratégia industrial

A indústria abriu mão do planejamento de médio e longo prazos para focar suas ações no curto prazo no que diz respeito a investimento, aumento da produção e contratação de pessoal. É o que mostra a Sondagem Industrial de novembro, realizada pela FGV (Fundação Getúlio Vargas). Para o coordenador da sondagem, Aloísio Campelo, essa decisão da indústria foi tomada com base no cenário de incertezas provocado pela crise financeira internacional.

O setor industrial, de acordo com Campelo, está montando suas estratégias como alguém que passa por um terreno encharcado e que procura um local mais firme para dar o próximo passo. De acordo com ele, os números da sondagem

divulgados ontem ilustram bem essa situação.

O ICI (Índice de Confiança da Indústria) mostrou estabilidade em novembro, depois de ter registrado queda de 0,4% em outubro, e interrompeu uma sequência de dez meses de recuo do indicador. O IE (Índice de Expectativas), por sua vez, avançou 1,5% em novembro, depois de ter ficado positivo em 0,28% em outubro.

"A boa notícia é que, embora o ICI ainda ande de lado, as expectativas melhoraram pelo segundo mês consecutivo", disse Campelo, para quem no curto prazo o pessimismo parou de aumentar e já há algum otimismo sendo formado com vista a janeiro.

O coordenador da sondagem, no entanto, afirmou que a pequena melhora observada em novembro não pode ser considerada um ponto de inflexão que vai estimular significativamente investimentos e contratação de pessoal. Para Campelo, trata-se de uma melhora centrada no curto prazo, em razão de indicadores positivos pontuais.

Nesse aspecto, destaca-se a pequena redu-



Foto: Walter Mendes

Para o coordenador da pesquisa, indústria adotou a estratégia de esperar um momento melhor

ção dos estoques, de 9,6% em outubro para 8,4% em novembro do total de 1.219 empresários pesquisados entre os dias 3 e 29 de novembro. Também apresentou melhora o nível de otimismo em relação à demanda externa, com 14,2% dos entrevistados entendendo que a procura por produtos brasileiros está mais forte do que em

outubro, quando 8,8% tinham essa visão. Para Campelo, essa percepção em relação à demanda externa pode estar associada às divulgações mais recentes de índices de vendas melhores nos Estados Unidos.

O Índice de Confiança da Indústria relacionado ao emprego previsto, no período dos próximos

três meses, cresceu 0,8%. A produção prevista, também no horizonte de três meses, subiu 0,3%. Mas a tendência de negócios para os próximos seis meses caiu 0,3%. "Isso mostra que a melhora no curto prazo não será suficiente para incentivar investimentos ou contratações consistentes de pessoal", reforçou Campelo.

Desempenho melhor reflete queda de estoques

Na média, os números da Sondagem Industrial da FGV melhoraram em novembro se comparados a outubro. Isso ocorreu, de acordo com o coordenador do levantamento, Aloísio Campelo, porque a indústria está, em parte, atendendo à demanda com estoques. Tanto que o Nuci (Nível de Utilização da Capacidade Instalada) da indústria tem andando de lado, como considerou o coordenador da sondagem. Em novembro, esse indicador sofreu ligeira redução, fechando em 83,3%, ante 83,5% em outubro. De acordo com o ISA (Índice da Situação Atual), um dos indicadores da Sondagem Industrial, o nível de estoques caiu 0,65% na passagem de outubro para novembro, enquanto a produção prevista se expandiu 1,78%. Ainda de acordo com Aloísio Campelo, a quase estabilidade do Nuci em novembro refletiu nos segmentos que mais investem.

EM 2011

Investimento no PIM soma US\$4,5 bilhões

sim & não

Lobão vem ao AM amanhã, municiado

O ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, vem amanhã a Manaus para inaugurar nova usina de produção de eletricidade no Polo Industrial, mas estará pronto para dar respostas sobre os crônicos problemas de apagões que afetam a capital. A munição de defesa foi dada a ele por diretores da Eletrobras Amazonas Energia que viajaram esta semana a Brasília para situar o ministro dos desligamentos, sobretudo, do apagão ocorrido no último dia 11 de novembro.

'Pede pra sair' O governador Omar Aziz (PSD) atacou ontem de Capitão Nascimento, personagem do filme "Tropa de Elite", para pedir a seus secretários mais atenção aos movimentos sociais: "Porque ninguém é obrigado a ser secretário, não. E, quem não estiver satisfeito, pede pra sair".

Desgaste Por falar em "pede pra sair", ontem, Omar sugeriu que o defensor-geral do Estado, Tibiriçá Holanda, resolva o problema dele no cargo: "Ele mesmo poderia ver uma solução melhor para ele". A resposta veio depois de ser questionado se exoneraria Tibiriçá.

Pressão O comentário de Omar foi feito no mesmo instante em que o deputado

Luiz Castro (PPS) protocolizava indicação ao Governo, pedindo o afastamento do defensor.

Senado A bancada do Amazonas ainda não se dá por vencida, apesar da esmagadora derrota que sofreu na votação da PEC da Música na terça-feira. Uma costura já está em curso para que a derrota na Câmara seja remediada com ajustes que poderão ser feitos no Senado, para que o polo de CDs e DVDs do PIM não seja prejudicado imediatamente.

Relatoria Para que esse ajuste ocorra, a primeira providência já está sendo tomada: tentar emplacar um senador do Amazonas, que não deverá ser Alfredo Nascimento (PR), para assumir a relatoria da PEC da Música no Senado.

As articulações estão sendo feitas por Omar Aziz.

sobe e desce



Rosângela Bentes

COOR. DE INOVAÇÃO DO INPA

>> Atuou para que produtos patenteados pelo Inpa sejam licenciados para o mercado.



José Sarney

PRESIDENTE DO SENADO (PMDB)

>> Em dia de rebeldia, tomou decisões contra o Governo e favoráveis à população.



Carlos Lupi

MINISTRO DO TRABALHO

>> Comissão de Ética Pública recomendou a exoneração dele à presidente Dilma Rousseff.



Dilma Rousseff

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

>> Zona Franca sofre ataques enquanto a Suframa está desgarrada de superintendente.

PEC da Música



Aprovada em primeiro turno na Câmara, faltando apenas mais uma votação, a Proposta de Emenda Constitucional 98/2007, a chamada de PEC da Música, representa um duro golpe não só contra a Zona Franca de Manaus, mas para todo o país.

Ao conceder imunidade tributária aos demais estados, a proposta retira a competitividade das indústrias fabricantes de CDs e DVDs do Polo Industrial de Manaus, que concentra 90% da produção nacional.

Caso seja aprovada, a Receita Federal calcula que a PEC causará um prejuízo na arrecadação do país de R\$ 30 milhões por ano. O Brasil também estará infringindo regras da Organização Mundial do Comércio (OMC) e poderá responder nos foros internacionais por descumprir o princípio sobre o qual os produtos importados receberão o mesmo tratamento dos similares nacionais.

Ou seja, a PEC acaba com a tributação dos produtos importados em questão e na prática oficializa a pirataria no Brasil. Ainda pode

acabar com 30 mil empregos diretos e indiretos que são gerados a partir das atividades industriais no Estado.

Como a perspectiva é que a aprovação da matéria seja confirmada em segundo turno na Câmara, a nova trincheira de batalha contra a proposta será no Senado. Consciente disso, nossa bancada no Congresso continuará unida para barrar essa famigerada PEC e garantir as vantagens comparativas da Zona Franca de Manaus.

De antemão, antecipo que no Senado vamos exigir uma posição mais pró-ativa da Receita Federal no processo de convencimento dos senadores dos prejuízos que essa proposta causará ao país.

Portanto, nossa bancada está preparada e mobilizada para impedir que o Amazonas seja prejudicado. Contamos com a experiência dos senadores na avaliação do mérito da matéria e dos reflexos que isso pode ocasionar no pacto federativo, uma vez que a matéria também altera a arrecadação de ISS e ICMS dos Estados.

PEC da Música

Componente contraditório

Deputados que aprovaram o fim do polo de CDs e DVDs na Zona Franca de Manaus queriam preservar migalhas para ela

ANTONIO PAULO
antonio paulo@acritica.com.br

A aprovação da PEC da Música, em primeiro turno, na Câmara dos Deputados, trouxe um componente contraditório detectado pela bancada do Amazonas. Os 395 parlamentares que votaram pelo fim do polo de CDs e DVDs da Zona Franca de Manaus - já que a medida vai dar imunidade tributária à cadeia produtiva da música para todo o País -, rejeitaram um destaque do deputado Miro Teixeira (PDT-RJ) que retirava uma suposta salvaguarda às indústrias instaladas no Amazonas. Por 342 votos "sim" contra 51 "não", incluindo os sete votos da bancada do Amazonas, o ple-

nário manteve o texto original.

A PEC 98/2007 (alínea "e", inciso VI, do artigo 150 da Constituição Federal) dá isenção fiscal sobre os fonogramas e videofonogramas musicais produzidos no Brasil, contendo obras musicais, lítero-musicais de autores brasileiros, obras em geral interpretadas por artistas nacionais, bem como suportes ou arquivos digitais (CDs e DVDs) que os contenham, "salvo na etapa de replicação industrial de mídias ópticas de leitura a laser". Essa etapa, na visão da maioria dos deputados, preserva o polo da ZF e mantém as empresas hoje instaladas em Manaus.

A proposta de Miro Teixeira queria retirar essa salvaguarda



Deputada Federal Jandira Feghalli (PCdoB-RJ) queria a salvaguarda

para dar imunidade ampla, geral e irrestrita. A rejeição do destaque foi encaminhada pelo presidente Marco Maia, o padrinho da PEC da Música; pelo líder do PT, Paulo Teixeira, e, curiosamente, pelo autor da emenda, deputado Otávio Leite (PSDB-RJ).

A presidente da Frente Parlamentar em defesa da Cultura, Jandira Feghalli (PCdoB-RJ) fez uma defesa veemente contra a proposta do colega de bancada. "Os defensores dessa PEC buscam preservar a música brasileira, mas também as vantagens comparativas da Zona Franca. Fruto de um acordo na legislação anterior, queremos manter a coerência e não tocar nessas vantagens (replicação indus-

trial de mídias ópticas de leitura a laser) que a indústria do Amazonas já possui", defendeu.

CHEGA PRA LÁ

O deputado Pauderney Avelino (DEM-AM) disse que dispensava a defesa de Jandira em favor da ZFM. Ao recomendar o voto "não", o que foi acompanhado pelos demais membros da bancada e outros 44 deputados, Pauderney esclareceu o que havia por trás do texto aprovado com a suposta salvaguarda: "Esse texto versa simplesmente sobre a unidade física do CD e DVD cujo custo de produção fica em torno de R\$ 1,50 e R\$ 1,80. Isso não será vantagem para qualquer indústria se estabelecer no Amazonas. Trata-se de um equívoco ou uma pegadinha dos defensores dessa proposta, por isso, sou contra a manutenção dessa ressalva e a favor da proposta do deputado Miro Teixeira que dá imunidade a todos os Estados incluindo o Amazonas", declarou o vice-líder do Democratas.

CAS e CODAM

Investimentos de US\$ 4,5 bi

Empresas injetaram montante de recursos no PIM em 2011, de acordo com levantamento feito pela Seplan e Suframa

Os investimentos implementados no Polo Industrial de Manaus (PIM) este ano já somam a ordem de US\$ 4,5 bilhões. Os projetos de empresas que querem diversificar produção, ampliar unidades ou implantar novas matrizes foram aprovados nas reuniões do Conselho de Desenvolvimento do Estado do Amazonas (Codam) e no Conselho de Administração da Suframa (CAS).

De janeiro para cá, os conselheiros do Codam aprovaram 180 projetos que somaram R\$ 3.613.716.099,00, ou cerca de US\$ 1.993 milhão (na cotação de ontem). Os investimentos fixos apresentados no CAS somam aproximadamente US\$ 800 milhões e os investimentos totais superam o montante de US\$ 2,6 bilhões.

Em 2011, de acordo com os projetos, 12.579 postos de tra-

Para proporcionar mais comodidades aos investidores a Seplan implantou, em 2007, o sistema de protocolo digital na entrega de projetos industriais, visando maior eficiência e redução de custos para as empresas. Avantageira do sistema para as empresas é permitir mais economia de tempo e dinheiro com papel, combustível e deslocamento.

balho estão estimados no processo de desenvolvimento dos negócios nos próximos três anos. O Codam concede aos empresários que desejam investir ou ampliar negócios na Zona Franca de Manaus (ZFM) isenção parcial na alíquota do im-



Última reunião do CAS será em 7 de dezembro e do Codam no dia 21

posto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

Nesta reunião, realizada no auditório da Sefaz, o Codam aprovou uma pauta com 28 projetos industriais estimados em R\$ 465 milhões e 1.938 vagas no mercado de trabalho no período de até três anos. A Secretaria de Estado de Planejamento (Seplan), que coordena as reuniões, informou ontem que encerra amanhã o prazo de entrega de projetos industriais para análise técnica da Seplan com vistas à inclusão na pauta da reunião do Codam. A sexta e última reunião do Codam será realizada no dia 21 de dezembro.

A entrega das propostas com antecedência é necessária para que os técnicos da Seplan possam checar as informações contidas nos projetos. Esse procedimento evita que os processos eventualmente venham a ser

retirados de pauta por incorreções ou o não atendimento de algum critério de ordem legal ou técnica.

SUFRAMA

A última reunião do CAS em 2011 (254ª Reunião Ordinária) será realizada no próximo dia 7 de dezembro, às 13h. Até agora foram realizadas cinco reuniões ordinárias. Nas cinco primeiras reuniões do CAS em 2011, foram aprovados 214 projetos industriais e de serviços, sendo 95 de implantação, com previsão de geração de mais de 7.200 postos de trabalho a partir da plena implantação dos empreendimentos. O CAS concede benefícios fiscais nas alíquotas menos do Imposto de Importação (II), Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), além do PIS/ Cofins.

AMAZONAS

Indústria reage para conter a 'PEC da Música'

Economia B1

Contexto

PRESSÃO

O deputado estadual Sidney Leite (DEM) pressiona a mesa diretora da Aleam a colocar em votação o projeto de criação de um grupo de trabalho para avaliar a competitividade do Polo Industrial de Manaus (PIM).

Indústria reage contra 'PEC da Música'

ANWAR ASSI

Equipe EM TEMPO

Um dia após a votação "esmagadora" na Câmara dos Deputados em favor da proposta de emenda à Constituição (PEC) 98/07 — a chamada "PEC da Música" —, o empresariado intensificou as articulações para evitar prejuízos às fábricas de CDs e DVDs instaladas no Polo Industrial de Manaus (PIM). Preocupados com os reflexos negativos da medida, os empresários do setor buscam apoio junto aos parlamentares da bancada do Amazonas e de outros Estados para evitar a "quebradeira" das empresas e demissões em massa no setor.

Ontem, representantes da indústria local se reuniram, em Brasília, com a presidente da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Cultura, deputada federal Jandira Feghali, para mostrar que a aprovação da "PEC da Música" não vai trazer os benefícios prometidos como a redução da pirataria. "O que venderam para ela não é verdade. Os artistas estão sendo enganados, pois entendemos que o país vai perder com a aprovação da "PEC da Música". Não sabemos quem vai ganhar com a medida", afirmou o presidente do Sin-

dicato das Indústrias dos Meios Magnéticos e Fotográficos do Amazonas, Amauri Blanco, que representa as cinco fabricantes de CDs e DVDs no Estado.

Segundo ele, o segmento vai continuar o trabalho conjunto com a bancada federal do Amazonas na Câmara e no Senado para evitar a aprovação da "PEC da Música", que concede imunidade tributária a CDs e DVDs com obras musicais de autores brasileiros.

A medida vai diminuir a competitividade e afetar os empregos gerados na indústria local, ao ameaçar de demissão 7 mil diretos (3 mil nas linhas de produção e 4 mil na cadeia produtiva de suprimentos) e atingir outros 30 mil indiretos, conforme dados da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa). "Não vamos desistir. O setor se sente prejudicado. Vamos usar todos os artifícios, junto com a bancada amazonense, para proteger o setor", enfatizou Amauri Blanco.

A PEC 98/07, do deputado Otávio Leite (RJ), foi aprovada em primeiro turno, na última terça-feira, por 395 votos a 21 e quatro abstenções. Ela vai ser votada, agora, em segundo turno na Câmara dos Deputados, e depois vai à votação no Senado.

Indústria reage contra 'PEC da Música' (continuação)

Ameaça aos investimentos

O temor que a PEC seja aprovada em definitiva vem em um momento que as empresas realizaram investimentos altos para diversificar a produção, incluindo da tecnologia Blu-ray. "É alto o risco de instalação de novas empresas e geração de empregos fora do Estado. Podemos quebrar", alertou uma

fonte do ramo, que pediu para não se identificar.

De acordo com dados da Suframa, o PIM abriga cinco empresas que produzem CDs e DVDs. São elas: Sonopress, Videolar, Novodisc, Microservice e Sony DADC Brasil. O investimento fixo dessas empresas no PIM soma US\$ 221,2 milhões. Até outubro

deste ano, elas faturaram em tomo de US\$ 487 milhões. Em 2010, elas fecharam com um faturamento de aproximadamente US\$ 647 milhões com produção de superior a 169 milhões de unidades de CDs e DVDs. De janeiro a outubro de 2011, as empresas fabricaram mais de 115 milhões de unidades.

Repercussão na Assembleia

A aprovação em primeiro turno da "PEC da Música" — medida que afeta com a perda de competitividade o parque fabril local — repercutiu, ontem, na Assembleia Legislativa do Estado (Aleam). O deputado Abdala Fraxe acusou o governo federal de apoiar a "política do descalabro" em relação

à Zona Franca de Manaus (ZFM), criticando os "afagos" feitos ao governo do Amazonas e que, depois, se transformam em "punhaladas". Ele também não poupou o empresariado do Sul do país, o qual acusou de "atacar a ZFM de maneira terrível e atroz".

Em parte à Abdala Fraxe, o

deputado Vicente Lopes criticou o deputado federal Otávio Leite (RJ) por ter apresentado a PEC que foi aprovada quase por unanimidade. Por sua vez, o deputado José Ricardo inocentou o governo federal de culpa, responsabilizando os deputados federais pela votação contra os interesses da ZFM.

Nokia anuncia nova linha de celulares no polo local

Aparelho smartphone Lumia 710, com o sistema da Microsoft, será fabricado na unidade do PIM

O smartphone Lumia 710, um dos primeiros aparelhos com Windows Phone anunciados pela Nokia, será fabricado pela empresa finlandesa no Polo Industrial de Manaus (PIM). Stephen Elop, CEO da Nokia, veio ao Brasil pela primeira vez para

anunciar a fabricação local. Segundo a Nokia, os primeiros aparelhos com Windows Phone chegarão ao país no primeiro semestre de 2012.

Em fevereiro deste ano, a Nokia havia anunciado uma parceria com a Microsoft para produzir smartphones com o sistema Windows Phone.

Com a parceria, o sistema Symbian, até então a principal plataforma da Nokia, foi parcialmente abandonado e passou a ser usado apenas em celulares básicos. Outra aposta da empresa, o sistema MeGo foi abandonado e apenas um celular com esse sistema, o N9, chegou ao mercado.

Aparelhos com Symbian chegam em breve

Em um evento realizado em São Paulo, a empresa também anunciou a chegada dos aparelhos Nokia da linha Asha, com sistema operacional Symbian série 40, no primeiro trimestre de 2012. Serão três aparelhos a chegar ao Brasil, com preços

a partir de R\$ 249.

O mais avançado é o smartphone Asha 303, com tela sensível ao toque de 2,6 polegadas e teclado físico Qwerty. Ele tem processador de 1 GHz, conexão 3G e Wi-Fi, além de cartão microSD de 2 GB, que suporta até 32 GB. O aparelho custa R\$ 460.

CODAM

Prazo final até amanhã

O prazo de entrega de projetos industriais para análise técnica da Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Econômico (Seplan) com vistas à inclusão na pauta do Conselho de Desenvolvimento do Estado do Amazonas (Codam) vai até amanhã. A última reunião do ano dos conselheiros acontecerá no próximo dia 21.

A entrega das propostas com antecedência é necessária para que os técnicos da Seplan possam checar as informações contidas nos projetos. Esse procedimento evita que os processos eventualmente venham a ser retirados de pauta por incorreções ou o não atendimento de algum critério de ordem legal ou técnica.

Para proporcionar mais comodidades aos investidores a Seplan implantou, em 2007, o sistema de protocolo digital na entrega de projetos industriais, visando maior eficiência e redução de custos para as empresas. A vantagem do sistema para as empresas é permitir mais economia de tempo e dinheiro com papel, combustível e deslocamento de pessoal, antes necessário com o protocolo físico de documentos.

Além de velocidade e redução de custos, as empresas têm a garantia de integridade e autenticidade na tramitação de dados com a aplicação da tecnologia de criptografia assimétrica contida no novo sistema de envio de projetos industriais.

Jander Vieira

..... Cidadã do Amazonas

A Aleam servirá de cenário para o evento puro-poder mais concorrido de 2011, no próximo dia 7, creia. Trata-se da entrega do título de cidadã do Amazonas ao furacão social mais atuante que o nosso Amazonas já teve. Lógico que a coluna está falando da primeira-dama Nejmi Jomaa Abdel Aziz. O projeto de lei nº 304/2011 é de autoria do deputado-presidente Ricardo Nicolau (PSD), aprovado por unanimidade anteontem.

..... Inclusão digital

Coordenadora do projeto “Cozinhas Comunitárias”, da Prefeitura de Manaus, dona Marília Ribeiro está radiante. Esta semana, o projeto ganhou dez computadores completos, com CPUs e monitores, doados pela Fucapi. Os equipamentos serão usados para a implantação de cursos de informática para adolescentes do bairro Colônia Oliveira Machado, onde está instalada uma das unidades do projeto.

Taxa de desemprego cai para o menor nível desde janeiro de 2009



A taxa de desemprego em sete regiões metropolitanas (São Paulo, Salvador, Recife, Porto Alegre, Fortaleza, Belo Horizonte e Distrito Federal) caiu de 10,6% da população economicamente ativa (PEA), em setembro, para 10,1%, em outubro. É o menor índice desde janeiro de 2009, quando a apuração passou a ser feita também na região metropolitana de Fortaleza.

Os dados são da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), feita pelo Departamento Intersindical de Esta-

tística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) e pela Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade). O nível de ocupação nas sete regiões ficou praticamente estável em 0,3%, com a geração de 66 mil vagas, mas, no conjunto, diminuiu o número de pessoas em busca de emprego.

Houve redução na PEA de 56 mil pessoas. Com isso, o total de desempregados nas regiões teve redução de 122 mil, totalizando 2,240 milhões ante 2,362 milhões da pesquisa anterior.

Tribunal Regional Federal vota pelo desbloqueio dos bens de Flávio Grosso



O Tribunal Regional Federal da Primeira Região (TRF-1), por unanimidade, aceitou recurso interposto pela ex-superintendente da Zona Franca de Manaus, Flávia Grosso, e votou pelo desbloqueio dos bens da economista. A decisão foi publicada ontem, no Diário Oficial da União. Em ação movida pelo Ministério Público Federal do Amazonas (MPF), Grosso é suspeita de cometer irregularidades em convênios. Ela deixou a Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) em outubro. Os magistrados entenderam que apenas a acusação por improbidade administrativa é insuficiente para manter a indisponibilidade do patrimônio de Flávia Grosso.

CAPA

ZFM dança com a PEC da Música

Pag.05

Fala Sério!

O PT e a ZFM

A frequente derrota do Amazonas no Congresso, onde sua bancada federal cochila o sono da incompetência e despreparo, ganhou novas nuances na PEC da Música, assim como havia se confirmada na PEC dos Tablets. Em base a essa constatação alguns setores do PT local – são muitos e quase todos inconciliáveis – resolveram levar a discussão da Zona Franca de Manaus para seus domínios. Eles começaram na semana passada e prometem continuar até o ano que vem.

Fisiologia de plantão



Eles se reuniram na semana passada para debater com alguns especialistas no assunto. Um deles, o professor doutor José Alberto Machado, que já pontificou na Suframa, contou-lhes o beabá do esvaziamento e a necessidade de mobilização. Alguns entenderam o recado, outros seguem focados no umbigo da fisiologia de plantão.

Capital de São Francisco



Praciano e João Pedro foram os responsáveis diretos pela discussão, até porque conhecem de perto os bastidores do poder em Brasília e sabem que é lá que o rabo da porca costuma enroscar na cerca franciscana do é dando que se recebe. E

onde quem não chora acaba sendo desmamado.

Sinecura eleitoral

Seus pares, os mais afoitos e explícitos, só pensam naquilo e já querem saber quantos cargos estão disponíveis na Suframa, pra agasalhar a companheirada. Admitem que a cadeira de Flávia já tem dono mas sobram outras tantas indicações para distribuir no festival da sinecura eleitoral.

Dever de casa

Cabe lembrar que o PT, além da presidente Dilma, tem dois ministros vitais para o estado, Aloizio Mercadante e Fernando Pimentel, da Ciência e Tecnologia e Desenvolvimento, respectivamente. O que falta ao partido na sua representação local é estudar, conhecer, propor e avançar o interesse local. O tal do dever de casa.

PEC da Música toca e Zona Franca dança

Ninguém de bom senso é contra a pirataria, um esquema criminoso e lesivo à economia, à geração de emprego e renda para a população. Entretanto, foi essa a desculpa encontrada pela Câmara Federal para dar mais um empurrão no modelo Zona Franca de Manaus na direção da ladeira do esvaziamento. Serão 7 mil empregos a menos na medida em que essa Proposta de Emenda Constitucional não impedir que o

processo industrial aí envolvido, ora protegido pela Carta Magna e que favorece o Estado, seja modificado. E será, pelo andar da carruagem da desarticulação e despreparo da bancada de parlamentares do

Amazonas em Brasília. Foi assim com os tablets, celulares, modems e roteadores. Um processo de desindustrialização está em curso e só não percebe quem é obtuso. O pior cego é aquele que se recusa a enxergar.

Representação sonolenta



Por 395 votos a favor, 21 contra e quatro abstenções, a Câmara aprovou nesta terça-feira, em primeiro turno de votação, a Proposta de Emenda à Constituição que concede imunidade tributária a CDs e DVDs com produção musical brasileira - conhecida como "PEC" da Música. Segundo um dos autores da proposta, deputado Otávio Leite (PSDB-RJ), os

preços dos CDs e DVDs deverão ser reduzidos em 25%, assim que a isenção de impostos (ISS e ICMS) entrar em vigor. Os defensores da proposta estão certos de que a "PEC da Música" ajudará a combater a pirataria no Brasil.

Atualmente, de acordo com Leite, existem sete empresas, das quais três são multinacionais, que confeccionam CDs e DVDs no Brasil.

Desarticulação crônica

Os deputados chamam Eduardo Braga de "sinhô", não por respeito ou formalidade do cargo, mas por razões de uma subserviência inexplicável. A bancada da Amazonas foi contra a "PEC da Música", teoricamente por temer que a isenção tributária ocasione prejuízos às empresas de CDs e DVDs instaladas na Zona Franca de Manaus, gerando desemprego na região. De fato, porém, foi contra sem articulação ou contraponto. Os

argumentos de Pauderney Avelino não param em pé. São confusos e não compartilhados pelos colegas, todos focados nas eleições do ano que vem ou empenhados em se safar da justiça. Praciano, que ainda insiste na vaga da disputa municipal, está visivelmente longe das questões emergenciais do Estado. Eles não estudam história, economia, planejamento estratégico... são profissionais da política no pior sentido da enrolação e hipocrisia.



PEC da Música toca e Zona Franca dança (continuação)

Piratária imbatível

Documento dos defensores da PEC afirma ainda que a compra e o consumo de músicas por telefone deverão ficar cerca de 30% mais barato. Nem que fosse 90% mais barato não evitaria os atrativos do produto pirata. A proposta aprovada altera o artigo 150 da Constituição, que veda a União, Estado e municípios de instituir impostos sobre outros itens, como livros, jornais, templos de qualquer culto e patrimônio. O segundo turno de votação da "PEC da Música" na Câmara deverá ocorrer antes do recesso parlamentar, que começa no dia 22 de dezembro. A emenda terá ainda de ser votada no Senado. Ali, o Amazonas tem a impressão de não ter representatividade. Para quem já teve 3 amazonenses do mais intenso brilho e competência política, Gilberto Mestrinho, Arthur Neto e Jéferson Peres, atualmente, alguns dos ocupantes da cadeira sequer se cumprimentam. O paraense Eduardo Braga evita qualquer aproximação com o riograndense do Norte, Alfredo Nascimento, que, por sua vez não alimenta qualquer afinidade com Bocão.

Engana que eu gosto



É falsa a estimativa de que os preços dos CDs e DVDs podem cair em pelo menos 25 % com a entrada em vigor do novo dispositivo constitucional. "Sem impostos, a música será comercializada de forma mais barata e legal". Ainda de acordo com o autor da PEC, com a imunidade tributária, o músico iniciante terá muito mais condições de entrar no mercado. O texto do relator, deputado José Otávio Germano (PP-RS), prevê que a imunidade tributária não valerá para a etapa de reprodução industrial dos CDs e DVDs, preservando, assim, as fábricas da Zona Franca de Manaus. Engana que eu gosto. A PEC precisa ainda ser aprovada, em segundo turno pelos deputados, para então ser encaminhada à apreciação do Senado Federal.

De olho no PODER

Abdala Fraxe denuncia manobra política contra a Zona Franca

Uma suposta manobra feita por membros do governo federal e da Câmara dos Deputados, para a aprovação da PEC da Música, que fere a Zona Franca de Manaus, foi denunciada, ontem, pelo deputado estadual Abdala Fraxe (PTN).

Segundo Abdala, o argumento "pífio" de que "não perdemos nada com



a PEC da Música, assim como não perdemos nada com os tablets, não cabe mais".

O deputado acusou o governo federal de afagar o Executivo estadual e depois dar punhaladas constantes no Estado". A PEC da Música concede imunidade tributária a CDs e DVDs com obras musicais de autores brasileiros.

Revolta O presidente em exercício da CMM, vereador Marcel Alexandre (PMDB), suspendeu a sessão de ontem, por dois minutos, para acalmar os ânimos do vereador Waldemir José (PT), que se revoltou por ter suas emendas para a LOA rejeitadas. Marcel chegou a se irritar com petista.

Deboche "Podem vaiar, já discursei pra bêbado, imagine pra plateia", respondeu o vereador Leonel Feitoza (PSD) se referindo às vaias da população que acom-

panhava a votação da LOA e do PPA, ontem na galeria da CMM.

Cobrança O deputado José Ricardo entregou, ontem, dois ofícios ao representante do ministro-chefe da Secretaria Geral da Presidência da República, Vagner Caetano: pediu posicionamento do governo federal quanto ao pedido de ajuda aos haitianos que estão hoje, em Manaus, e no município de Tabatinga. O mesmo pedido foi feito anteriormente pelo político.

CURTIR

O anúncio, pelo governo do Estado, da entrega de 30 mil casas nos próximos dois anos. Pelo menos cinco mil já serão entregues no início de 2012.

10

NÃO CURTIR

A aprovação em 1º turno, na Câmara do Deputados, da PEC da Música, que ameaça pelo menos sete mil empregos no Estado do Amazonas.

0